

# Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



## Atuação das Centrais Sindicais Brasileiras

### ANTECEDENTES

A OIT define pela expressão “trabalho infantil” toda atividade econômica desempenhada por uma pessoa com menos de 15 anos de idade, seja qual for a situação de trabalho: assalariado, autônomo, familiar, não remunerado etc. Isso não inclui as atividades domésticas realizadas por uma pessoa com menos de 15 anos no domicílio de seus pais, a menos que se possa considerar essas atividades como atividades econômicas, isto é, produção de bens e serviços, segundo se definem nos sistemas de contabilidade e de balanços nacionais das Nações Unidas.

Mesmo que seja possível definir com certa precisão o que a expressão significa, é difícil, entretanto, precisar o número de crianças trabalhadoras no mundo. As estatísticas indicam que existiriam cerca de 246 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhando no mundo. Dentre eles, cerca de 179 milhões estão vinculadas às piores formas de trabalho infantil. A dificuldade de conhecer o contingente dessas crianças não é somente da natureza da pesquisa sociológica atual ou porque elas não existam, mas porque tal realidade é encoberta.

Patrões formulam procedimentos para não apresentá-la, os governos a escondem em suas estatísticas ou a desconhecem por insensibilidade, as famílias pobres – cerca de um quarto da população mundial – necessitam dos rendimentos desse trabalho e, por vezes, promovem-no, formando, assim, uma perversa situação de difícil dimensionamento.

Mesmo que as estimativas não apresentem o fenômeno com precisão, a percepção é de que se trata de um fenômeno mundial, que envolve um contingente de milhões de crianças, representando uma mancha na tessitura das sociedades contemporâneas.

Sob os números divulgados pela estatística das pesquisas, encontram-se crianças e adolescentes trabalhadores de variados tipos: servidores domésticos, pequenos trabalhadores agrícolas, costureiros em fábricas ou oficinas de calçados, produtores de material esportivo, operários de indústrias, mini garimpeiros, madeireiros, peões na construção civil, soldados no tráfico de drogas, meninas prostitutas etc.

Não raro são crianças e adolescentes escravizados ou semi-escravizados, com jornadas de trabalho de até 12 (doze) horas por dia. De modo geral, são mão-de-obra fácil e barata que, sobretudo, trabalha em condições inadequadas e intoleráveis face à sua peculiaridade de pessoas em processo de desenvolvimento.

Sendo assim, o trabalho infantil é uma das faces perversas da pobreza e da miséria sofridas por boa parte da população mundial. Caracteriza-se como uma das formas que as famílias pobres encontram para aumentar a sua renda. Cerca de 2,5 milhões de crianças são economicamente ativas nas economias desenvolvidas, 2,4 milhões nos países em transição, 127,3 milhões na Ásia e na região do Pacífico, 17,4 milhões na América Latina e região do Caribe, 48 milhões nos países africanos abaixo do Saara e 13,4 milhões no Oriente Médio e no Norte da África.<sup>1</sup>

As conseqüências do trabalho infantil para as crianças são, em geral, graves e complexas. Oscilam desde danos irreparáveis e mais imediatos ao desenvolvimento físico e mental da criança até danos mais remotos causados no âmbito de sua formação humana, com prejuízos quanto ao acesso à escola e ao aproveitamento escolar. Sendo um obstáculo à formação escolar, o trabalho infantil diminui sensivelmente as chances de ascensão social da criança no futuro.

Além desses elementos, a força da noção cultural segundo a qual o trabalho é bom para as crianças dificulta a problematização da questão. Existe uma mentalidade muito disseminada no imaginário popular que professa que o trabalho infantil é algo importante e educativo para as crianças pois, além das mesmas “aprenderem uma profissão”, sentiriam na pele as dificuldades do mundo do trabalho desde cedo e assim não seriam indolentes ou preguiçosas no futuro.

No Brasil, o quadro não é diferente. Estima-se que aproximadamente 5,5 milhões de crianças com idade entre 5 e 17 anos trabalhem no País<sup>2</sup>. Considerando a faixa etária entre 5 e 14 anos, o número de crianças trabalhadoras chega a 2,2 milhões. Ainda que o trabalho até os 14 anos seja proibido pela Constituição Brasileira, encontram-se crianças trabalhadoras em todas as Unidades da Federação.

São crianças e adolescentes que trabalham em atividades agrícolas no interior do país, no setor informal das grandes cidades, em atividades ilícitas como o tráfico de drogas ou no trabalho doméstico nas casas de terceiros, entre outros. Todas estas atividades, quase sempre perigosas ou insalubres, contam com parcela significativa de mão-de-obra infantil no Brasil.

Diante desse quadro mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alçou a luta pela erradicação do trabalho infantil como um de seus objetivos prioritários desde sua criação em 1919. Esta decisão foi reforçada mediante uma recomendação de seu Conselho de Administração, em 1996, para que tal objetivo estivesse em primeiro lugar em sua agenda política.

Refletindo este compromisso, a OIT criou, em 1992, um programa de cooperação técnica internacional chamado Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). O IPEC é um programa de caráter técnico, que

1 Fonte: Global Report 2002. A Future Without Child Labour <http://www.ilo.org/public/english/standards/decl/publ/reports/report3.htm>

2 Fonte: PNAD 2001 – Suplemento sobre Trabalho Infantil

busca reforçar coordenada e solidariamente a capacidade dos países, através de seus principais atores, para que eles enfrentem diretamente o combate ao trabalho infantil, tendo como horizonte sua total erradicação.

A luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil tem mobilizado vários setores da sociedade brasileira. Um elemento significativo nessa luta foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em julho de 1990. Tal mobilização vem forçando o Governo Brasileiro, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal), a atuar sobre a questão, formulando políticas de combate ao trabalho infantil. Merecem destaque as políticas que associam trabalho infantil e problemáticas educacionais, sobretudo evasão escolar, garantindo uma renda mínima às crianças pobres que freqüentem a escola.

Desde sua implementação no Brasil, o IPEC adotou como estratégia desenvolver ações no sentido de sensibilizar, capacitar e mobilizar as organizações dos trabalhadores na luta contra o trabalho infantil.

Sendo assim, o IPEC realizou diversos programas de combate ao trabalho infantil por meio da ação direta com três centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical, bem como junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

## O MOVIMENTO SINDICAL E A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

No Brasil, os trabalhadores organizam-se em sindicatos, associações de classe, federações, confederações e centrais sindicais abrangendo todo o território nacional e uma multiplicidade de atividades e ocupações. Em suas atividades, o movimento sindical não se restringiu somente às questões relativas ao conflito capital-trabalho, diretamente.

Paulatinamente, o movimento sindical tomou a direção de formular e acompanhar a implementação de políticas públicas destinadas aos trabalhadores (organizados ou não) de um modo geral. Aqui situa-se a formulação e atuação de políticas relacionadas à questão específica da criança e do adolescente, sobretudo, no que diz respeito ao trabalho infantil.

A década de oitenta foi um período marcado pela exigência de que as reivindicações do movimento sindical fossem garantidas no plano legal. Cada setor assumiu sua luta específica e, dessa forma, contribuiu para o desenho das políticas sociais básicas de interesse da sociedade. Foi um momento propício para a articulação de cada setor, uma vez que o processo de redemocratização estava em pleno vigor e teve como momento forte a Assembléia Nacional Constituinte, na qual todas as forças vivas da sociedade civil organizada se mobilizaram.

Os movimentos sociais uniram-se e conseguiram introduzir a noção de que as crianças e adolescentes precisavam ser vistos como sujeitos de direitos e pessoas na peculiar condição de desenvolvimento, tendo prioridade nas políticas públicas. O art. 227 da Constituição Federal, promulgada em 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, foram marcos desse processo de institucionalização da luta. A lei legitimou as reivindicações da sociedade civil e tem servido de parâmetro para exigir por parte do Estado os direitos da infância nela estabelecidos.

A mobilização pela afirmação da luta pela infância no plano legal produziu uma percepção mais aguçada da problemática e propiciou subsídios importantes para o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade civil no trato da infância. Esta nova relação incidiu, sobretudo, no que tange à implementação de uma nova política com relação ao tema que incluía a participação popular na formulação, deliberação e controle das ações a serem levadas a cabo.

O movimento sindical trouxe para seu meio o debate sobre a legislação, num primeiro momento, no que tange ao seu campo específico de atuação: o direito à profissionalização e à proteção no trabalho (cap. V do ECA). As Centrais Sindicais articularam uma série de eventos para aproximar sindicatos, federações, confederações e associações de

A luta pela  
infância  
propiciou o  
estabelecimento  
de uma nova  
relação entre  
Estado e  
sociedade  
civil

classe da problemática. Ao mesmo tempo, inseriram-se no movimento social pela criança para capacitar e também colaborar naquilo que é de sua responsabilidade: as relações de trabalho.

Ao participar dessas instâncias de discussão e elaboração de políticas públicas, o movimento sindical começou a conhecer suas demandas internas e a procurar instrumentos para respondê-las. Como a relação de trabalho engloba atores sociais diversos – trabalhadores, empresários e Estado – o movimento sindical envolveu-se com os organismos multilaterais normatizadores dessas relações em nível internacional. Nesse momento, em 1992, teve então início a parceria com a OIT, que estava em pleno processo de implementação do IPEC no Brasil. Sendo assim, uma série de acordos entre as Centrais Sindicais e o IPEC-OIT foram firmados a partir de 1992.

Uma primeira constatação comum das Centrais Sindicais frente à problemática do trabalho infantil foi a necessidade de produzir conhecimento sobre a realidade da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil em suas bases, de modo a estabelecer formas de enfrentamento da situação.

O primeiro passo foi sistematizar as informações sobre a legislação acerca da infância nos organismos públicos, estatais ou não, que atuavam na área. Depois disso, cada Central incorporou ao seu processo de formação e política sindical o tema “criança, educação e trabalho”. Por fim, assumiram, nas campanhas salariais, os direitos sociais da infância e adolescência por meio da produção de material informativo sobre a legislação trabalhista e previdenciária, do lançamento de campanhas de combate ao trabalho infantil, da elaboração de estudos sobre a situação de crianças trabalhadoras, da motivação de ações das Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs), do envolvimento dos Conselhos Tutelares, da mobilização da imprensa e dos organismos internacionais, bem como provocando debates no seio da sociedade local, nacional e internacional.

É importante ressaltar que por mais que as ações do movimento sindical pareçam homogêneas e unificadas, cada Central buscou construir sua linha de ação própria. O percurso do movimento sindical até a formulação dessas linhas gerais de ação, portanto, encontrou dificuldades próprias, seja pelas diferentes propostas de compreensão e atuação da realidade do mundo do trabalho como um todo, seja pela mentalidade dos envolvidos no processo, seja pelo grau de conhecimento da real situação vivida pelas crianças trabalhadoras.

Merece destaque, no que diz respeito à mentalidade dos envolvidos, o entendimento de muitos sindicalistas de que é muito melhor que a criança trabalhe, mesmo que em condições inaceitáveis e ferindo a legislação, do que deixá-la à mercê da ociosidade ou da vida nas ruas. Gradualmente mais e mais atores sociais reconhecem que essa é uma visão simplista e desfocada da questão, que se configura como um entrave ainda a ser superado. Notadamente, um dos principais objetivos dos programas de ação apoiados pelo IPEC é a conscientização, visando a ruptura com visões desse tipo.

Sendo assim, as Centrais Sindicais foram gradativamente articulando um projeto de sociedade que priorizava a criança em meio à demanda principal de sua função social, a saber: garantir os interesses dos trabalhadores em um cenário adverso. No contexto das modificações profundas nas relações de trabalho e nas legislações trabalhistas, das crises causadas por um momento histórico de nova organização da economia mundial (globalização) e do quadro de pobreza estrutural da parte significativa da sociedade brasileira, as Centrais foram demarcando novos espaços de atuação junto a universidades, centros de pesquisa, movimentos populares, ONGs, governos e organismos internacionais.

O resultado deste processo tem se mostrado positivo para todos os envolvidos, especialmente para o movimento sindical, que mitiga seu corporativismo abrindo-se para organismos e projetos de alcance social mais abrangente.

Em função de sua natureza institucional, as Centrais Sindicais não realizam trabalhos de atendimento direto às crianças e aos adolescentes. Todo o seu engajamento se dá de forma indireta, seja por meio de lideranças sindicais em sua atuação concreta, seja através da formação de multiplicadores para a conscientização e mobilização para a erradicação do trabalho infantil, seja pela formação profissional das crianças e adolescentes.

Parte dos sindicatos possuem escolas e desenvolvem cursos profissionalizantes e programas específicos de atendimento aos jovens, em parceria com outras entidades. A captação de recursos para viabilizar as ações de combate ao trabalho infantil é uma das atividades importantes realizadas pelas Centrais.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma Organização sindical de massas, fundada em 1983. É a maior central sindical do país, reunindo cerca de 3700 sindicatos, federações e confederações de trabalhadores rurais e urbanos.

Desde a sua fundação, a problemática da criança esteve presente nas suas diretrizes de ação. Já em 1991, por ocasião de seu quarto congresso, a CUT traçou, como estratégia de intervenção social, o tema aglutinador “Cidadania”. Diante desse tema, sua secretaria de políticas sociais elegeu quatro prioridades de ação: 1) meio ambiente e qualidade de vida, 2) direitos da criança; 3) educação; e 4) seguridade social. A idéia, a partir desses temas, foi a de atuar como movimento sindical somando forças com a ação dos outros movimentos sociais. Já nessa ocasião, no que diz respeito à temática “direitos da criança” foi escolhido o sub-tema: “trabalho infanto-juvenil”.

Em 1992, a CUT começa a discutir e montar estratégias na direção de contemplar essa temática. Desde então, várias atividades foram realizadas, fazendo com que a temática ganhasse relevo e entrasse definitivamente na agenda de suas ações, seja no âmbito intra-sindical, na conscientização dos quadros do movimento, nos acordos coletivos, na produção de estudos etc., seja no âmbito extra-sindical, fortalecendo e participando das ações da sociedade em geral.

A parceria com o Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) iniciou-se concomitantemente à implementação do Programa no Brasil. Entre 1992 e 2002, foram propostos e realizados quatro grandes programas de ação, que resultaram em estudos de casos de atividades/ocupações de crianças trabalhadoras, seminários, encontros, campanhas, articulações sindicais com propósito de ações comuns de defesa da criança, entre outros.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), é uma entidade que congrega 24 federações estaduais, cerca de 3.200 sindicatos e mais de 9 milhões de trabalhadores rurais sindicalizados. Na realidade, não é uma central sindical, porém, devido ao seu peso histórico e representatividade (além de ser na agricultura onde se encontra uma grande parcela das crianças e adolescentes trabalhadores), ganhou destaque nessa descrição.

Desde de 1995 a CONTAG é afiliada à CUT, sendo responsável pela coordenação nacional das ações relacionadas à representação e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, incluindo assalariados (permanentes e temporários) e pequenos produtores (proprietários, posseiros, arrendatários e meeiros).

Seus principais campos de atuação envolvem orientação, organização e reivindicação no que se refere às políticas salarial, agrária, agrícola, previdenciária, de saúde e de educação, priorizando ações voltadas à negociação coletiva, reforma agrária e organização associativa do pequeno produtor.

Em seu quinto congresso nacional, em 1991, a entidade passou a considerar como prioridade de luta a erradicação do trabalho infantil. Desde então, traçou como objetivo orientar pais, sindicalistas, governantes e a sociedade em geral para a busca de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes do meio rural, a fim de eliminar qualquer forma de trabalho antes dos 14 anos.

A parceria com o IPEC também deu-se já em 1992, o que potencializou sensivelmente as ações da entidade. Durante a parceria foram realizados dois grandes programas de ação que resultaram em vários seminários, encontros, cursos e programas de rádio visando a sensibilizar e a capacitar dirigentes sindicais, pais e agentes públicos para a questão.

As centrais  
sindicais  
estão entre os  
primeiros  
parceiros do  
IPEC no Brasil

Vale ressaltar o papel fundamental desenvolvido pela CONTAG quando da criação, no final de 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Esta entidade participou ativamente no estabelecimento deste espaço aglutinador de atores interessados no tema do trabalho infantil uma vez que hospedou a secretaria executiva do Fórum em seus primeiros anos de funcionamento.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) foi fundada em 1986 e articula cerca de 1200 sindicatos, federações e confederações de trabalhadores rurais e urbanos em sua base. Esta Central tem por objetivo a representação geral dos trabalhadores brasileiros.

Sua estrutura organizativa cobre praticamente todo o território nacional e sua atuação política desenvolve-se em dois âmbitos: 1) regional e 2) por ramos de produção ou atividade econômica. A CGT participa de várias instâncias decisórias e fóruns de trabalhadores, de direitos da criança e do adolescente, dentre outras.

A parceria com o IPEC-OIT iniciou-se em 1992 e fez com que a problemática do trabalho infantil ocupasse papel de destaque nos debates e nas ações da CGT. Foram desenvolvidos três programas de ação, que resultaram num conjunto de seminários, encontros locais e regionais, desdobramentos de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, objetivando a sensibilização, mobilização e capacitação de lideranças sindicais sobre o tema.

A Força Sindical é a mais nova central sindical brasileira, tendo sido fundada em 1991. Conta com cerca de 1000 sindicatos, federações e confederações filiados, congregando cerca de onze milhões de trabalhadores. Tem como característica a predominância de uma base sindical urbana na área da indústria, do comércio e de serviços.

A Força Sindical trabalha na perspectiva de que os trabalhadores são cidadãos que devem ter garantidos seus direitos sociais, políticos e econômicos e não somente seus direitos enquanto trabalhadores.

A problemática infantil ocupa espaço na sua estrutura organizacional desde a sua fundação, integrando ações de sua Secretaria da Mulher, Criança e Adolescente. Prioriza suas ações na educação e formação profissional dos jovens, estimulando que os sindicatos afiliados desenvolvam também esse tipo de atividade.

As ações voltadas para a área da criança ganharam forte impulso com o convênio firmado, em 1992, com o IPEC-OIT. Foram realizados três programas de ação que resultaram na realização de uma série de seminários, encontros, campanhas, estudos, publicações de conscientização sobre a incompatibilidade do trabalho infantil com o desenvolvimento sadio da criança, atuação nos conselhos tutelares e uma série de conquistas nos acordos coletivos, visando garantir o direito das crianças previstos na legislação.

A CONTAG foi  
fundamental  
na criação do  
FNPETI

## A PARCERIA ENTRE O IPEC E AS CENTRAIS SINDICAIS - PROJETOS E REALIZAÇÕES

### Programas de Ação Desenvolvidos com a CUT

Os programas de ação desenvolvidos em parceria com a CUT foram quatro. O primeiro deles teve início em novembro de 1992 e término em setembro de 1994. Intitulava-se “Orientação de crianças trabalhadoras na indústria e outros setores: capacitação de sindicalistas e conscientização da sociedade” e tinha abrangência em sete estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Pará e Rio Grande do Sul

Esse primeiro programa de ação contou com a parceria do Departamento de Estudos Sociais e Políticos da CUT (DESEPE), do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE), do UNICEF e de Institutos de Estudos da PUC – SP.

O Projeto teve como objetivo geral realizar um levantamento da situação de trabalho infantil no setor informal, indústrias e setor agrícola. Seus objetivos imediatos eram:

- realizar treinamento de crianças trabalhadoras na defesa de seus direitos com prioridade para o que está expresso no capítulo 5 do ECA e na Convenção 138 da OIT, através de seminários, encontros, cursos, discussões e material didático;
- Produzir material instrumental (boletins, cartilhas, panfletos, vídeos e outros) para auxiliar nos passos assumidos pelos atores sociais (sindicalistas, crianças, grupos e entidades ativas nessa área);
- Orientar e providenciar assistência para os líderes sindicais para implementar o Estatuto da Criança e Adolescente (àquela época recém-elaborado) e encorajar e tornar possível a participação de crianças trabalhadoras em atividades diárias de suas respectivas entidades de trabalho;
- Realizar a mobilização e a conscientização da sociedade civil organizada (governamental e não governamental) com o objetivo de eliminar o trabalho infantil e a exploração de crianças;
- Elaborar uma cláusula sobre os direitos das crianças para ser incluída futuramente nos acordos coletivos;
- Estabelecer, em nível nacional, uma articulação dos sindicatos para coordenar ações conjuntas referentes ao problema do trabalho infantil.

O Projeto obteve as diversas realizações. No que diz respeito à mobilização (campanhas, eventos, publicações), merece destaque a publicação do artigo intitulado “É Proibido Ser Criança”, na revista *De Fato* (ago/93), da própria Central, no qual são discutidos dados sobre a situação da criança trabalhadora e é divulgado um estudo sobre a situação das crianças envolvidas na produção de calçados na cidade de Franca – SP.

No jornal *Diário Popular*, de São Paulo (14/11/93), também houve divulgação desse mesmo estudo sobre o trabalho infantil no município de Franca, feito a partir da parceria entre CUT e IPEC-OIT. Houve também uma exposição fotográfica motivada pelo projeto, com o título: “A Criança e Adolescentes no Trabalho” e o lançamento da revista da CUT intitulada “Criança e Adolescente - Trabalho e Sindicalismo”.

Várias entrevistas e reportagens foram realizadas com o coordenador desse programa de ação em rádios, TVs e jornais. Ocorreu um Colóquio, em maio de 1993 em São Paulo, cujo tema foi: “Adolescente – trabalhador: contribuições para uma política de profissionalização e proteção ao trabalho”. A CUT também participou de um ato público denominado “Vigília pela Criança e pelo Adolescente no ABC”, promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC por ocasião do dia da criança em 1993.

Outro destaque foi a repercussão de um trabalho na cidade de Franca, onde registrava-se trabalho infantil na fabricação de calçados, merecendo a visita do então Ministro do Trabalho para verificar denúncias sobre trabalho infantil na cidade. Esta visita desdobrou-se na criação de um Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil na cidade, fato este que contou com ampla cobertura da imprensa.

Além da pesquisa sobre as crianças trabalhadoras no setor calçadista, o Programa também produziu uma série de três estudos: um versando sobre a situação do trabalho infantil na região Sul/Sudeste, de novembro de 1993; a segunda sobre a região Norte/Nordeste, de março de 1994; e a terceira sobre a região Centro-Oeste, de março de 1994<sup>3</sup>.

A temática ganhou um grande espaço internamente na Central. No 5º Congresso Nacional da CUT, cujo tema foi: “Dignidade para quem faz o país”, de maio de 1994, foi aprovada uma resolução sobre a criança e o adolescente, com uma série de indicações de defesa de programas de atenção à infância, continuidade dos estudos sobre a problemáti-

<sup>3</sup> Os nomes destes estudos foram: “A Criança Trabalhadora nas Regiões Sul e Sudeste”, “A Criança Trabalhadora nas Regiões Norte e Nordeste”, e “A Criança Trabalhadora na Região Centro-Oeste”.

Em Franca-SP,  
a repercussão  
dos trabalhos  
da CUT foram  
fundamentais

ca, realização de campanhas, dentre outras. Além disso, ocorreram três seminários regionais entre novembro de 1993 e março de 1994, cuja temática foi “A CUT pela Cidadania da Infância e Adolescência”.

Aconteceram também vários seminários de outras instituições que contaram com participantes do projeto em função do trabalho desenvolvido pela CUT. Dentre outros, destaca-se a participação da CUT nos seguintes eventos:

- “Seminário Internacional – Trabalhadores e Educação”, maio de 1993;
- “Formação Profissional”, junho de 1993;
- “Colóquio de Políticas Públicas para Infância e Adolescência”, promovido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, julho de 1993;
- “1º Encontro Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região de Catanduva-SP”, realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Catanduva e Sindicato dos Trabalhadores em Panificação do município, julho de 1993;
- “1º Encontro Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro-SP”, realizado pelo Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro;
- “3ª Conferência Nacional de Educação, realizado em Natal – RN, em outubro de 1993;
- “II Encontro Interestadual das Mulheres e Crianças Quebradeiras de Coco Babaçu” realizado em Terezina – PI, em outubro de 1993.

Como atividades de capacitação de lideranças, foram realizados três Seminários Regionais: o Seminário da CUT “Educação e Formação Profissional – a Experiência Italiana”, em abril de 1993; o “1º Encontro de Meninos e Meninas trabalhadores do Calçado de Franca”, em maio de 1993; e o “Encontro de Sindicalistas da Região de Sertãozinho”, em março de 1993. Ocorreram também reuniões com sindicalistas da Tunísia sobre trabalho infantil, em novembro de 1993.

O segundo programa de ação deu continuidade às atividades empreendidas anteriormente. Este programa teve início em novembro de 1994 e término em maio de 1996, mantendo o mesmo título do projeto anterior. Esse projeto abrangeu todos os estados da Federação, porém deu especial ênfase aos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Rio Grande do Sul, contando com os seguintes parceiros: UNICEF, DIEESE, Universidade de São Paulo(USP), Conselhos Tutelares e de Direitos e DESEPE.

Seus objetivos mostram um grau de aprofundamento da reflexão e uma maior especificidade das ações. O objetivo geral foi contribuir para a eliminação gradual do trabalho infantil pela conscientização e mobilização de líderes e membros sindicais, crianças e adolescentes e membros de instituições que trabalhem na defesa e proteção dos direitos da criança e dos adolescentes. Seus objetivos imediatos denotam a mesma característica:

- Aumentar a capacidade de defesa de crianças e adolescentes pelos seus direitos, especialmente aqueles referentes ao capítulo 5 do ECA e à Convenção 138 sobre a idade mínima, e estimular sua participação nas atividades regulares dos sindicatos;
- Mobilizar segmentos sociais – públicos e privados – para a eliminação da exploração do trabalho infantil;
- Fortalecer o compromisso e a capacidade técnica dos líderes sindicais para uma efetiva implantação e observância do ECA e para a participação de crianças e adolescentes trabalhadores nas atividades sindicais.

O Projeto obteve as seguintes realizações no que tange à mobilização: participação em debate na Rádio Difusora de Franca/SP; realização da Campanha “Lugar de Criança é na Escola – Diga NÃO ao Trabalho Infantil”, com um cartaz divulgado nacionalmente; e realização de evento em Franca no Dia da Criança, contando com a participação de cerca de 10.000 pessoas.

Foi realizado um estudo de caso intitulado “Trabalho Infantil em Sonora, abordando o caso da Companhia Agro-indústria Sonora – Estância CASE”, por meio do qual foi feito um levantamento de dados e uma análise da situação do trabalho infantil na cana-de-açúcar do município de Sonora, no Mato Grosso do Sul.

O segundo  
programa de  
ação da CUT  
mostrou  
aprofundamento  
e maior  
especificidade  
das ações

Realizou-se ainda uma série de atividades para capacitação de lideranças. Foi promovido um curso nacional intitulado “Criança e Adolescente: sujeitos de Direitos ou Vítimas de Exploração”, em São Paulo, em junho de 1995 e um seminário nacional para dirigentes sindicais denominado “Seminário de Sensibilização sobre a Problemática do Trabalho Infantil no Brasil”. Foram realizados seminários regionais sobre o tema: no Centro-Oeste, no Sudeste e no Norte, além da participação em um seminário promovido pela Câmara Municipal de Franca.

O terceiro programa da CUT em parceria com IPEC-OIT teve como título “Estudos de Caso sobre Crianças em Atividades de Risco e Treinamento de Professores e Lideranças Sindicais”. As ações deste programa tiveram início em março de 1997 e terminaram em dezembro de 1998.

A abrangência das atividades foi nacional, tendo contado com os seguintes parceiros: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Imprensa Sindical, DIEESE, Instituto de Estudos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Sindicatos de Professores filiados à CNTE.

Seu objetivo geral foi o de contribuir para a conscientização e mobilização de dirigentes sindicais, de professores e educadores, de crianças trabalhadoras e da sociedade civil sobre a problemática do trabalho infantil, bem como para a formulação de propostas para sua erradicação

Os objetivos imediatos vão na mesma direção:

- Conscientizar e mobilizar dirigentes sindicais sobre o trabalho infantil e para sua participação em fóruns da sociedade civil (especialmente os voltados para a erradicação do trabalho infantil) e em ações do Governo relativas à eliminação do trabalho infantil, por meio de: criação de comissões estaduais, da CUT, de defesa dos direitos da criança e do adolescente em cada estado e em cada ramo de atividade, visando sua participação nos conselhos estaduais; apoio à criação de fóruns estaduais;
- Divulgar informações entre professores sobre a questão do trabalho infantil e o perfil do aluno-criança trabalhadora;
- Atuar diretamente com crianças trabalhadoras, visando a identificação e discussão de seus problemas e a conscientização de seus direitos de cidadania;
- Denunciar o trabalho infantil e enfatizar a necessidade de eliminá-lo numa região previamente selecionada, com vista a subsidiar a elaboração e negociação de “Programa de Ações Integradas”.

Como realizações do projeto, no âmbito da mobilização, foram produzidos 50.000 exemplares de um material de instrução para professores sobre o papel da escola frente ao problema do trabalho infantil e da violação dos direitos da infância. Além disso, foram produzidas 12.000 cartilhas com a contribuição dos ramos metalúrgico, químico e construção civil sobre a temática, sendo distribuídas para dirigentes sindicais como estratégia de divulgação e conscientização.

Foi ainda elaborado um caderno pela Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT em conjunto com sua Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre trabalho infantil, com o título: “A CUT contra o Trabalho Infantil”, com tiragem de 12.000 exemplares.

O projeto também produziu o estudo “Exploração do Trabalho Infantil nos Vales do Mucuri e do Médio Jequitinhonha”, em janeiro de 1998. O estudo versa sobre a situação do trabalho infantil na região, que se manifesta de variadas formas: vaqueiros, vendedores de picolé, borracheiros, fabricantes de tijolos, colhedores de café e prostituição infantil.

Como atividades de capacitação foram realizados três seminários em âmbito nacional sobre a temática destinados a dirigentes sindicais: um para o ramo metalúrgico, um para o químico e um para o da construção civil.

Em decorrência do “Seminário com Dirigentes Sindicais do Ramo da Construção Civil”, foi elaborado posteriormente um programa de ação para combater o trabalho infantil nessa área. Realizaram-se ainda o “Encontro Regional

Entre as  
atividades  
estava a  
conscientização  
de professores,  
sindicalistas e  
trabalhadores  
em geral

dos Meninos e Meninas Trabalhadores do Vale do Jequitinhonha”, e o “Encontro das Organizações Sindicais e da Sociedade Civil Organizada do Vale do Jequitinhonha”. Como desdobramento desses encontros na região do Vale do Jequitinhonha, foi constituído um Fórum Regional pela Erradicação do Trabalho Infantil.

O quarto e último projeto desenvolvido pela CUT em parceria com o IPEC-OIT, nesses últimos dez anos, denominava-se “Plano de Ação Sindical para a Erradicação do Trabalho Infantil no Ramo da Construção civil”. As ações iniciaram-se em novembro de 1999 e terminaram em maio de 2001.

Foram realizadas atividades nos estados da Bahia, Piauí, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, contando com a colaboração da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (FNTICM), do Fórum Nacional e Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, das Pastorais do Menor, do DIEESE e da Imprensa Sindical.

Seu objetivo geral era o de contribuir para a erradicação do trabalho infantil na cadeia produtiva da construção civil. Os objetivos imediatos eram: a) conscientizar crianças e adolescentes trabalhadores sobre os seus direitos e sobre os riscos da trabalho infantil nas atividades selecionadas; b) conscientizar e mobilizar dirigentes sindicais para a formulação, em conjunto com órgãos públicos e sociedade, de um plano de ação para a erradicação do trabalho infantil em pedreiras, olarias, cerâmicas, serrarias, marcenarias e indústrias moveleiras, com base nos resultados de estudos conduzidos em regiões selecionadas.

O programa investigou as condições de vida e trabalho de 112 crianças trabalhadoras da construção civil, engajadas em atividades de risco de saúde imediata que podem ocasionar conseqüências nefastas sobre a escolaridade, a ludicidade, e o desenvolvimento infantil em geral. A maioria das crianças não tinha qualquer vínculo empregatício.

Esta pesquisa foi realizada pelos próprios sindicalistas depois de passarem por um treinamento feito pelo DIEESE. Uma vez concluído o estudo, foi produzida uma cartilha informativa que, além de dar publicidade aos dados, oferecia uma análise qualitativa da situação de vida dessas crianças.

Esta cartilha foi utilizada em atividades de conscientização que atingiram mais de 2.000 crianças trabalhadoras em atividades de risco de vários ramos da construção civil, bem como lideranças sindicais e sindicalistas da Federação Nacional e sindicatos de base dos trabalhadores da construção civil.

### **Programas desenvolvidos com a CONTAG**

A parceria entre o IPEC e a CONTAG rendeu como frutos dois programas de ação. O primeiro foi desenvolvido entre novembro de 1992 e setembro de 1994 com o título “Treinamento de sindicalistas, orientação de crianças trabalhadoras e conscientização do público no meio rural”.

O objetivo geral deste programa era treinar sindicalistas, orientar crianças trabalhadoras e conscientizar o público do meio rural. Seus objetivos imediatos eram:

- capacitar sindicalistas para aperfeiçoar, através da negociação coletiva, as cláusulas dos contratos coletivos de trabalho referentes ao trabalho da criança;
- sensibilizar a população através de programa de rádio;
- capacitar dirigentes e monitores sindicais para agir como multiplicadores no contexto de atividade de educação informal, sobre os direitos trabalhistas, previdenciários e sociais da criança;
- coletar e disseminar informação e material de orientação a respeito da criança na defesa de seus direitos e interesses e sobre ações dos sindicatos;

As atividades deste programa tiveram abrangência em 88 municípios dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Paraná. O projeto contou com a colaboração de 80 sindicatos de trabalhadores rurais, do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS RURAL), do Centro Josué de Castro – Estudos e Pesquisas, das Organizações Associativas e Comunitárias dos Trabalhadores Rurais e do Instituto Brasileiro de Estudos Rurais (IBER).

Como resultado deste projeto, pode-se constatar, em termos de mobilização, a produção de duas cartilhas (com tiragem de 10.000 exemplares) versando sobre os direitos e interesses da criança assalariada rural e ações para sua defesa. Além disso, foram produzidos e veiculados sete programas de rádio sobre a temática do trabalho infantil no meio rural, com 200 cópias para reprodução, por emissoras que atingiam prioritariamente os 88 municípios pré-selecionados, visando a sensibilização do público alvo. Houve ainda uma divulgação do trabalho em 23 federações afiliadas à CONTAG.

Em termos de capacitação de lideranças, obteve-se como resultado a realização de cinco treinamentos que atingiram 150 líderes sindicais e monitores. Estes atuaram como multiplicadores de conhecimentos, sobre seguridade social, direitos sociais da criança trabalhadora no setor rural, e métodos de disseminação desse conhecimento no contexto de atividades educacionais informais.

Finalmente, vale registrar a formação de núcleos que trabalharam sobre a questão da criança e do adolescente trabalhadores do meio rural na CONTAG/FETAG-PE, inclusive com capacitação de membros, bem como a realização de um treinamento com sindicalistas sobre seus direitos sociais e sobre a inclusão de cláusulas específicas contra o trabalho infantil em suas convenções trabalhistas.

O segundo programa de ação foi desenvolvido entre dezembro de 94 e outubro de 1998, tendo sido chamado “Programa Criança – treinamento de sindicalistas, orientação e defesa de crianças trabalhadoras e conscientização do público no meio rural”.

Seu objetivo geral era a eliminação gradual do trabalho infanto-juvenil na agricultura mediante o acesso a programas sociais de desenvolvimento integral; a informação e a conscientização do público quanto às conseqüências para o desenvolvimento físico, mental e social das crianças; bem como a capacitação de sindicalistas e pais nas áreas de relações do trabalho, seguridade social e direitos sociais das crianças.

As ações abrangeram 20 estados da Federação (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Sergipe, Alagoas, Rondônia, Amazonas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Ceará) e contaram com a colaboração de entidades como o UNICEF, a OBORÉ Editorial Ltda., entre outras.

Seus objetivos imediatos eram elevar de 250 para 700 o número de sindicalistas e assessores do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – MSTR, em 15 estados brasileiros, capazes de exercer pressão pelo cumprimento da legislação e respeito aos direitos da criança e do adolescente.

Além disso, o programa pretendia aumentar a participação para cerca de 700 sindicatos de trabalhadores rurais nos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e Adolescente e conscientizar pais, crianças, jovens e sociedade, para gerar uma crescente mobilização pelo cumprimento da legislação relativa aos direitos das crianças e adolescentes, relacionando-a, entre outros aspectos, com os altos índices de desemprego entre os adultos.

Também figura entre os objetivos do programa a orientação de sindicalistas que compõem as comissões de formulação e negociação de reivindicações dos assalariados rurais de 17 estados, sobre cláusulas específicas referentes a direitos sociais e trabalhistas relacionados às crianças e adolescentes e a capacitação de 50 sindicalistas, assessores sindicais e representantes de comissões de mulheres e jovens trabalhadores rurais, para serem multiplicadores do “Programa Criança”, através da formação de outros sindicalistas e de novos multiplicadores do Programa.

A CONTAG  
buscou incluir  
o combate ao  
trabalho infantil  
nas pautas de  
reivindicação  
sindical

O Programa da  
CONTAG  
beneficiou  
cerca de 100  
mil crianças e  
adolescentes  
trabalhadores  
nas plantações  
de cana-de-  
açúcar e sisal

Como realizações, no âmbito da mobilização, foram produzidos seis programas informativos de rádio sobre o “Programa Criança”, com duração de dez minutos cada um e transmissão junto a trezentas emissoras. Além disso, foram também elaborados três números do “Boletim da Criança” para distribuição junto às entidades sindicais de trabalhadores rurais, grupos de base e outras instituições não especificadas. Esse material contém informações diversas e relato de experiências visando aumentar a conscientização acerca do Programa.

Houve repercussão do Programa na mídia impressa, especificamente nos jornais “Correio Braziliense” (duas reportagens) e no “Jornal do DIAP” (uma reportagem). Quatro cartilhas foram produzidas com tiragem de três mil exemplares cada uma, totalizando doze mil exemplares.

As cartilhas versavam sobre: a) leis de proteção dos direitos da criança; b) orientação dos sindicalistas nos Conselhos Municipais e Estaduais da Criança e do Adolescente; c) informações relativas às conseqüências do trabalho infantil no desenvolvimento da criança; e d) informações sobre políticas públicas relativas aos direitos da criança. A distribuição dessas cartilhas ocorreu durante os seminários do Programa.

Houve ações também no que concerne à capacitação de lideranças sindicais. Foram realizados um seminário sobre reivindicações específicas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente nos contratos coletivos de trabalho; dois seminários estaduais de sensibilização e capacitação para pais, sindicalistas e crianças, nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; um seminário de jovens rurais, no Rio Grande do Sul; e o “II Encontro Nacional de Meninos e Meninas Trabalhadoras Rurais”, em outubro de 1996, em Brasília-DF, com participação de cinqüenta pessoas de todos os estados brasileiros.

Estima-se que aproximadamente cem mil crianças e adolescentes trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar e sisal, vinte e quatro Federações Estaduais e seiscentos e oitenta sindicatos foram beneficiados diretamente pelo Programa.

### **A Parceria com a CGT**

A parceria entre IPEC-OIT e CGT rendeu três projetos de ação para erradicação do trabalho infantil. O primeiro teve seu início em outubro de 1992, terminando em setembro de 1994. Seu título era “Formação de Dirigentes e Militantes Sindicais e Conscientização de Líderes das Crianças Trabalhadoras”.

O programa atuou em três estados da Federação (Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro) e estabeleceu os seguintes objetivos: a) formar, para atuação na temática trabalho infantil a nível nacional, um grupo especializado de dirigentes e militantes sindicais; e b) coletar e difundir informações para ajudar na tomada de consciência pública e das crianças trabalhadoras.

Em termos de capacitação, foram desenvolvidas algumas ações. Houve duas jornadas com crianças trabalhadores em Recife - PE e Nova Iguaçu - RJ, contando com cinqüenta crianças cada uma. As duas jornadas tiveram repercussão na mídia impressa e televisiva.

Realizou-se também um seminário de treinamento para monitores, atingindo vinte e um dirigentes sindicais, além de cinco seminários estaduais de conscientização e mobilização de sindicalistas no combate ao trabalho infantil, descritos a seguir:

- o primeiro seminário ocorreu em Belford Roxo – RJ, em abril de 1994, contando com representantes de vários sindicatos, além de autoridades públicas da região;
- o segundo realizou-se em Recife – PE, em maio de 1994, tendo como participantes representantes de diversos sindicatos, associações e movimentos, além do representante do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente;

- o terceiro, ocorrido em maio de 1994, teve como sede a cidade de São Luís do Maranhão, atingindo sindicalistas da região, representantes do Conselho Tutelar e do Conselho estadual da Criança e do Adolescente e outras entidades;
- o quarto seminário ocorreu em Porto Velho – RO, em maio de 1994, contando com diversos representantes de entidades sindicais da região e representantes de outras entidades;
- o último dos cinco seminários aconteceu em Coelho Neto – MA, em outubro de 1994, contando com a participação de vários sindicatos da região, totalizando 160 participantes.

O segundo programa de ação foi uma continuação do processo desencadeado pelo primeiro e teve como título “Continuação da Formação e Conscientização de Líderes das crianças trabalhadoras”. Iniciou-se em setembro de 1995 e terminou em maio de 1996, sendo que sua atuação abrangeu nove estados da Federação: Maranhão, Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais.

O objetivo geral do projeto era combater o trabalho infantil de 3.000 crianças em condições de exploração em diversas atividades através da atuação dos sindicatos. Para tanto, a CGT se propunha a capacitar 380 sindicalistas nos estados de Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rondônia e Minas Gerais, a intensificar o processo de intervenção nas áreas de risco e exploração do trabalho infantil e a conscientizar as crianças trabalhadoras e suas famílias dos riscos do trabalho infantil.

Este projeto centrou-se em ações de capacitação de lideranças sindicais quanto ao tema do trabalho infantil. Foram realizados quatro seminários para conscientização e sensibilização de sindicalistas e líderes de crianças trabalhadoras para que estes atuassem como multiplicadores da luta contra o trabalho infantil.

O primeiro seminário ocorreu em janeiro de 1995, na cidade de Recife – PE, e contou com a presença de 60 (sessenta) sindicalistas, dando continuidade aos trabalhos executados em 1994.

O segundo seminário, realizado em Criciúma – SC, em fevereiro de 1995, contou com a participação de 80 (oitenta) sindicalistas. Neste seminário, foi criada uma comissão formada pelos participantes, para divulgação do Programa na região. Em decorrência desta ação realizou-se, também, em julho de 1995, nesta mesma cidade, o “I Seminário Contra Exploração do Trabalho Infantil”, evento que teve repercussão na mídia impressa local.

Em Natal – RN, ocorreu o terceiro seminário estadual, em abril de 1995, com a presença de 75 (setenta e cinco) sindicalistas. Nesse seminário, foi criada uma comissão para divulgação do Programa na região e para o estudo da problemática. O quarto seminário estadual foi sediado em Salvador – BA, em agosto de 1995, com 30 (trinta) sindicalistas da região.

O último programa de ação desenvolvido pela CGT foi marcado pela intenção de dar continuidade aos projetos anteriores. O título do mesmo expressa esta intenção: “Continuação da Mobilização e Sensibilização de Líderes Sindicais sobre Trabalho Infantil”.

O acordo que deu início ao programa foi firmado em abril de 1997, sendo que o encerramento de suas atividades ocorreu 2 anos mais tarde. Cinco estados da Federação (Rondônia, Pará, Pernambuco, Maranhão e Santa Catarina) foram trabalhados nesta ocasião.

Por ser um projeto de continuação dos anteriores, seus objetivos são bem mais demarcados e situados. O objetivo geral foi o de contribuir para a redução da incidência de trabalho infantil em atividades de risco, nas seguintes áreas: fabricação de calçados (Escada e Recife – PE e São João Batista – SC); carvoarias (Morro da Fumaça – SC); madeiras e garimpos (Região Sul do Pará e Porto Velho – RO); portos (São Luís – MA); salinas (Natal e região – RN) e têxteis (Escada e Recife – PE).

Uma das principais ações da CGT foi a capacitação de lideranças sindicais quanto ao tema do trabalho infantil

Seus objetivos imediatos foram:

- dar continuidade às ações de conscientização e mobilização de líderes sindicais, desenvolvidas nos biênios anteriores, nas regiões de portos (São Luís), salinas (Natal), madeiras e garimpos (Porto Velho);
- acompanhar os desdobramentos de atividades de capacitação e conscientização de líderes sindicais, realizadas nos biênios anteriores, nas áreas de comércio informal e madeiras (Belém e região sul do Pará) e calçados e tecelagem (Escada e Recife);
- sensibilizar e mobilizar líderes sindicais e de outras entidades locais sobre o trabalho infantil em atividades de risco nas áreas de carvão (Morro da Fumaça) e calçados (São João Batista), no estado de Santa Catarina;
- acompanhar e avaliar os resultados alcançados nos seminários e encontros realizados no presente Programa de Ação;
- sistematizar e divulgar os resultados das atividades desenvolvidas, a fim de articular a implementação de ações para eliminação do trabalho infantil nas áreas de atuação do programa.

Como atividades de mobilização e conscientização, foram produzidas 3.000 cartilhas com o título “Erradicar para o Brasil Crescer”, com esclarecimentos sobre legislação do trabalho infantil e a participação da CGT nas lutas por sua erradicação, bem como alguns dados sobre o tema.

Foi publicada também uma revista intitulada “Crescer: O verdadeiro trabalho da criança”, na qual abordam-se dados sobre legislação, atuação da CGT e perspectivas para a erradicação do trabalho infantil. A CGT participou ainda da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, realizada em São Paulo – SP, em fevereiro de 1998.

Foram realizados diversos seminários e encontros para formação de líderes sindicais. Nesta linha, foi realizado o Encontro para Erradicação do Trabalho Infantil no Meio-Oeste Catarinense, em Ibicaré – SC, em setembro de 1997, e o “Seminário de Combate ao Trabalho Infantil”, em Criciúma – SC, em maio de 1998, com participação de 62 (sessenta e duas) pessoas, entre líderes sindicais, políticos da região, representantes da Delegacia Regional do Trabalho e Promotor do Ministério Público do Trabalho.

Ainda visando a formação de líderes sindicais, em Rio Branco-AC, aconteceu o “Seminário de Erradicação do Trabalho Infantil”, em abril de 1999, com representantes de várias entidades governamentais e não governamentais, além de lideranças sindicais.

Foram ainda realizadas oficinas de capacitação para agentes de combate ao trabalho infanto-juvenil, em março de 1999, em Florianópolis – SC, com cerca de 60 (sessenta) pessoas, dentre representantes do Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, da DRT, da Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social, do Ministério Público e de Sindicatos.

A mesma oficina aconteceu em Belém – PA, em maio de 1999, com representantes do Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, da DRT, da Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social, do Ministério Público e de Sindicatos, tendo repercussão na mídia impressa local.

Na área da participação em Conselhos e Fóruns, a CGT realizou, em conjunto com a Comissão dos Conselhos Tutelares de Rondônia e a prefeitura de Ji-Paraná, “I Encontro dos Conselhos Tutelares do Estado de Rondônia”, em outubro de 1997, em Ji-Paraná – RO.

Esta Central participou ainda nas reuniões do Fórum para Erradicação do Trabalho Infantil em Rondônia, ocorrido em Porto Velho, em fevereiro, abril e maio de 1999, bem como garantiu um assento no Conselho de Monitoramento para Erradicação do Trabalho Infantil no Garimpo de Cassiterita de Bom Futuro, em Ariquemes – RO, a partir de julho de 1997.

“Crescer: o verdadeiro trabalho da criança”, revista publicada pela CGT

## Os Programas com a Força Sindical

A parceria entre IPEC-OIT e Força Sindical rendeu três projetos de ação. O primeiro, iniciado em dezembro de 1992 e concluído em setembro de 1994, teve como título: “Reforço para a Preparação de Dirigentes e Militantes Sindicais para Ações no Trabalho Infantil”.

O programa teve abrangência em quatro estados (São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Ceará) e traçou como objetivos capacitar dirigentes e ativistas sindicais para criar junto à opinião pública a consciência da importância de se eliminar o trabalho infantil e propiciar a orientação e envolvimento dos trabalhadores infantis no movimento sindical.

Na área de mobilização e conscientização, foram elaborados cartazes, *folders* e uma cartilha intitulada “Criança e Adolescente: Dicas para um Futuro Melhor”, com tiragem de 5.000 exemplares. Foi também produzido um boletim especial “O Metalúrgico”, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, de maio de 1992, sobre trabalho infantil.

Foram realizados, em cinco estados, 14 cursos sobre Crianças e Adolescentes no Mundo do Trabalho, com a participação de aproximadamente 800 (oitocentos) sindicalistas e pessoas ligadas à área do trabalho infantil.

Houve também participação de representantes da Força Sindical em eventos promovidos por outras entidades, como no “Congresso da CIOIS/ORIT”, em Toronto – Canadá, com apresentação da cartilha “Os Direitos da Criança e o Movimento Sindical”, em abril de 1993; no “Seminário sobre Mercosul”, com a apresentação do Projeto IPEC/Força Sindical; no “Congresso Nacional de Inspeção e Relações do Trabalho”, em maio de 1993, com exposição do painel “A Criança e o Adolescente no Trabalho”, em São Paulo.

Decorrente das ações do Projeto, houve inclusão de cláusula referente à proteção do menor nas negociações da Federação dos Trabalhadores de Alimentação do Estado de São Paulo, em abril de 1993.

Os materiais de mobilização produzidos bem como os eventos promovidos por meio deste programa de ação tiveram uma grande repercussão na mídia impressa, em vários estados do país. A realização de uma exposição fotográfica sobre crianças e adolescentes no trabalho, em São Paulo, consolidou a boa recepção das ações junto à sociedade.

O segundo programa de ação decorrente desta parceria entre IPEC-OIT e Força Sindical teve seu início em outubro de 1994 e término em maio de 1996. Seu título era “Preparação de Dirigentes, Ativistas Sindicais e Membros de Instituições Engajadas no Combate ao trabalho Infantil” e sua abrangência cobria todos os estados da Federação.

Seu objetivo geral era o de contribuir para a gradual eliminação do trabalho infantil através da sensibilização e conscientização de líderes e participantes do movimento sindical, bem como de membros de instituições de defesa da criança e do adolescente. Os seus objetivos imediatos eram:

- capacitar 600 dirigentes do movimento sindical e ativistas sindicais para a atuação na defesa dos direitos da criança e dos adolescentes através do estudo e do conhecimento da legislação pertinente;
- elaborar e disseminar informações sobre as condições da infância e da adolescência no Brasil e seus direitos políticos e sociais.

Como ações de mobilização e conscientização, o projeto produziu, em fevereiro de 1995, a cartilha “É Tempo de Ser Criança: Não ao Trabalho Infantil”, com tiragem de 5.000 exemplares, sendo divulgada em sindicatos, movimentos populares, ONGs, instituições nacionais e internacionais de combate ao trabalho infantil. Foram também produzidos cartazes de divulgação que serviram de convites para seminários.

Foi realizada a “Semana Nacional da Criança”, com o tema “Os Seis Anos do ECA” em outubro de 1996 em São Paulo-SP. Nesse evento, foi distribuída a cartilha “Os Direitos da Criança e do Adolescente”, que, na verdade, é a

Em 1993, uma cláusula de proteção do menor foi incluída nas negociações de uma Federação de Trabalhadores paulistas

reprodução do Estatuto da Criança e do Adolescente. Houve uma grande receptividade da imprensa aos cursos e eventos do programa, com entrevistas a várias emissoras de TV.

O Projeto produziu ainda uma pesquisa intitulada “Crianças e Adolescentes na Escola. Educação: Alternativa ao Trabalho Infantil”, que abordou a situação de algumas escolas do município de Osasco-SP, buscando relacionar realidade escolar e trabalho infantil. O lançamento dessa pesquisa ganhou grande destaque na imprensa da região, levando à assinatura de um “Protocolo de Intenções” pelo prefeito de Osasco, pelo Secretário de Estado do Emprego e Relações de Trabalho e por outras autoridades.

Como atividade de capacitação de lideranças sindicais, o programa realizou 4 cursos com o título “Crianças e Adolescentes no Trabalho”. O primeiro teve lugar em Imperatriz – MA, em agosto de 1995, e contou com a presença de representantes de vários líderes sindicais da região, com repercussão em jornal local. O segundo curso foi realizado em outubro de 1995 em Chapecó – SC com cerca de 50 participantes entre sindicalistas, educadores e representantes de entidades governamentais e não governamentais. O curso recebeu destaque em jornal da região.

O terceiro curso aconteceu em Uberlândia – MG, em maio de 1996, com cerca de 56 participantes, e o quarto e último foi realizado em Picada Café – RS, em maio de 1996, contando com a presença de cerca de 75 participantes.

Foram realizadas duas reuniões de articulação: uma em março de 1995, em São Paulo, com lideranças sindicais, visando fomentar a colaboração das lideranças na execução de atividades junto ao programa de ação; e outra denominada “Crianças e Adolescentes no Trabalho”, em dezembro de 1995, em Maracanaú – CE, que contou com a presença de 77 lideranças sindicais e tinha como principal objetivo erradicar o trabalho infantil nas pedreiras da região.

Nesta ocasião decidiu-se realizar um estudo de caso sobre as crianças trabalhadoras de pedreiras e sua realização foi, posteriormente, encaminhada para o Ministério do Trabalho e Emprego com o apoio do IPEC/OIT. Essa reunião ganhou razoável destaque na mídia local.

Como repercussão das atividades de capacitação em Imperatriz - MA, houve a inclusão de cláusulas referentes ao trabalhador estudante e proibição do trabalho de menores de 14 anos na convenção coletiva de trabalho dos trabalhadores da indústria de madeiras, da indústria de móveis e artefatos de madeiras e da indústria da construção civil e similares.

Vale acrescentar que o coordenador deste programa de ação esteve presente em todas as reuniões do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil durante o período de sua vigência.

O terceiro e último programa de ação recebeu o mesmo título do projeto anterior: “Preparação de Dirigentes, Ativistas Sindicais e Membros de Instituições Engajadas no Combate ao trabalho Infantil”. Teve abrangência em todos os estados da região norte da Federação, tendo sido iniciado em maio de 1997 e desenvolvido por dois anos.

Seu objetivo geral era o de contribuir para a eliminação gradual do trabalho infantil e proteção do trabalho adolescente, mediante a sensibilização, a conscientização e a capacitação do público-alvo, para atuar na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Os objetivos imediatos deste programa eram: a) divulgar informações sobre o trabalho infantil, experiências e ações para a sua prevenção e eliminação, a fim de sensibilizar e capacitar dirigentes, ativistas sindicais, assessores de entidades filiadas e membros de instituições engajadas na proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e b) estimular iniciativas de sindicatos filiados e de outras instituições nacionais e internacionais, e com eles estabelecer parcerias, para a implementação, em uma localidade da região Norte, de projeto voltado para a prevenção e eliminação do trabalho infantil, proteção do trabalho do adolescente e valorização da escola pública.

Como realizações no campo da mobilização e conscientização, o programa publicou dois boletins informativos, além da cartilha “Dicas para um Futuro Melhor”, associada a um vídeo de mesmo nome, com versão em português e

inglês, em parceria com a Fundacentro. Este conjunto de materiais resultou em um “kit” que serviu de material de conscientização do público sindical. Neste período realizou-se ainda a “2ª Semana Nacional da Criança e do Adolescente”, em São Paulo, em outubro de 1998.

O Projeto elaborou, nessa fase, a pesquisa “ O Trabalho na Rua de Crianças até 14 Anos em Belém do Pará”, em março de 1999, que buscou investigar as causas do trabalho infantil na cidade de Belém, refletindo sobre sua legitimidade social. A pesquisa desdobrou-se em um seminário para sua divulgação e uma oficina para planejamento de ação integrada.

Como atividades de capacitação foram realizados dois encontros em Belém – PA, que contaram com a participação de integrantes da Força Sindical e do Fórum Paraense pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente.

## APRECIÇÕES ACERCA DA PARCERIA CELEBRADA ENTRE O IPEC-OIT E AS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS

A grave situação do trabalho infantil no Brasil no início dos anos 90, associada à legalização dos direitos da criança e do adolescente através da nova Constituição Federal e do ECA, exigiu a mobilização de vários agentes sociais comprometidos com a questão da infância e da adolescência para a modificação do quadro de então.

O IPEC-OIT procurou dar sua contribuição, agindo em conjunto com tais agentes sociais, para que se iniciasse um processo de gradual erradicação do trabalho infantil no país.

Uma das linhas de atuação do IPEC-OIT neste sentido foi o estabelecimento de parcerias com as centrais sindicais brasileiras. Dessa parceria surgiram 12 programas de ação que tinham como objetivo, em termos gerais, a conscientização e capacitação de lideranças sindicais para atuação no combate ao trabalho infantil, por meio da mobilização e ação direta, da produção de estudos e da participação em conselhos e fóruns dedicados ao tratamento da questão.

Em termos gerais, pode-se perceber uma concentração das estratégias de ação e dos objetivos gerais dos projetos de forma direcionada e circunscrita. A continuidade dos programas expressou, intencionalmente ou não, esse processo de concentração, que permitiu a elaboração de uma percepção mais situada do problema e de uma ação mais direta, com resultados mais palpáveis.

Não se quer afirmar com isso que os primeiros programas obtiveram resultados mais modestos do que os mais recentes. Desde o início, como, por exemplo, no primeiro projeto em parceria com a CUT que abordou, entre outros, a questão do trabalho infantil em Franca, já se haviam constituído ações circunscritas que previam resultados precisos. No entanto, analisando o conjunto dos programas realizados, nota-se que esta tendência deixa de ser um episódio pontual para passar a ser norteadora dos últimos programas levados a cabo.

Ainda com relação à questão da continuidade dos projetos, verificou-se a existência de algumas lacunas, paradoxalmente quando os projetos se tornaram mais circunscritos: faltam registros das ações, nota-se um vazio quanto à realização de alguns objetivos propostos, entre outros. Uma investigação mais aprofundada poderia, talvez, revelar os motivos pelos quais ações mais direcionadas - que seriam, teoricamente, mais fáceis de se registrar do que um conjunto de ações amplas - não foram devidamente descritas.

Com relação ao aspecto da conscientização, pode-se observar claramente o avanço da percepção sobre o tema. Para muitos sindicatos, líderes sindicais e até centrais, a temática do trabalho infantil era uma novidade. Houve dificuldades em se realizar algumas ações previstas, dificuldades essas expressas e justificadas em relatórios em função da falta de capacitação para desenvolvê-las.

Das parcerias  
do IPEC com  
as centrais  
sindicais  
surgiram 12  
programas

Isso demonstra o acerto na determinação da estratégia de capacitação de lideranças, primeiro com sua sensibilização sobre a questão, para que ela pudesse entrar na pauta das discussões, e, posteriormente, com um maior aprofundamento na percepção da problemática. Este despertar para o problema certamente favoreceu o planejamento e execução de uma ação mais eficaz no combate ao trabalho infantil.

Um ponto falho, dentro desse contexto, foi a imprecisão ou ausência de relato detalhado dos resultados obtidos com os seminários, cursos, encontros, reuniões etc. É relevante dizer que esse ponto é muito bem definido na elaboração dos projetos, como objetivos a serem alcançados, porém, em geral, não se estabelece com clareza o número de pessoas atingidas após a implementação das ações, nem se acompanham os desdobramentos da ação empreendida.

Deve-se registrar que a sensibilização e conscientização sobre o tema foi incrementada com a mobilização social em torno da questão dos direitos da criança e do adolescente, no início dos anos 90. Havia grande mobilização para a estruturação, regulamentação e concretização do ECA. Nesse sentido, tanto o conjunto da mobilização em torno do ECA contribuiu na realização dos projetos, como os projetos deram importante contribuição na consolidação do ECA.

Ainda sobre a relação estabelecida entre conscientização e ação, várias iniciativas interessantes de defesa das crianças trabalhadoras surgiram em meio ao desenvolvimento das ações das Centrais Sindicais. Estas iniciativas renderam frutos importantes ao serem apoiadas pelos programas de ação, algumas delas tendo sido registradas. Não seria absurdo supor que muitas outras ações da mesma natureza surgiram, mas não foram adequadamente registradas.

O caso da mobilização da sociedade e das autoridades políticas em torno ao problema do trabalho infantil em Franca – SP é um destes exemplos. Esta mobilização gerou um Fórum para discussão da questão composto por várias entidades representativas da cidade.

Outro exemplo foi a constituição do Fórum Regional de Erradicação do Trabalho Infantil na região do Vale do Jequitinhonha, surgido a partir de seminários e encontros entre os próprios meninos e meninas trabalhadoras, lideranças sindicais e da sociedade civil organizada.

E esses não são exemplos isolados. Vários outros Fóruns de debate sobre a questão surgiram ou ganharam impulso com a ação de pessoas engajadas nos programas de ação das Centrais Sindicais. Possivelmente, sem a mobilização gerada partir de todos estes programas ao longo dos anos, a história do combate ao trabalho infantil no Brasil teria sido diferente.

As repercussões na sociedade abrangente foram razoáveis, de acordo com os registros e relatos apresentados pelas centrais sindicais envolvidas nos projetos. As iniciativas, cursos, seminários, eventos, etc., quase sempre ganharam destaque na mídia e serviram para despertar ou mesmo lançar luzes sobre a problemática do trabalho infantil.

A produção de estudos ou pesquisas contribuiu para uma melhor compreensão da realidade do trabalho infantil - um dos principais objetivos dos projetos desenvolvidos. Foram produzidos, ao todo, oito estudos ou pesquisas sobre a temática. Desde estudos sobre a relação estudo/trabalho em Osasco – SP, passando pelo estudo da situação do trabalho infantil em Franca – SP, até o estudo sobre a situação das crianças trabalhadoras no Vale do Jequitinhonha – MG e em Belém do Pará.

A problemática do trabalho infantil foi ganhando contornos mais definidos em sua relação com as Centrais Sindicais. Percebeu-se que foram sendo instituídas secretarias ou instâncias na estrutura sindical, para tratar especificamente da questão. Como resultado positivo desse processo, cada Central definiu um coordenador técnico para o desenvolvimento de ações junto aos seus sindicatos: pessoa especializada na questão da infância, com bom trânsito nos movimentos sociais e com capacidade de formulação de propostas e de interação com as demandas conjunturais.

Tal profissional foi remunerado pelo IPEC/OIT por meio dos programas de ação, respondendo à estrutura de sua Central. Em seu papel de articulador político das questões da infância e adolescência no meio sindical, estes coordenadores contaram com uma estrutura formada por dirigentes sindicais de base, tiveram contato com trabalhadores das várias categorias e constituíram comissões, grupos, equipes permanentes de ação nas regiões, estados e/ou municípios.

Não se registraram muitos exemplos de materialização de cláusulas contra o trabalho infantil nas negociações entre empregadores e trabalhadores. No que concerne a essa questão, foram registradas duas negociações, nas quais constavam cláusulas contra o trabalho infantil: uma promovida pela Federação dos Trabalhadores da Alimentação no Estado de São Paulo e outra realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Madeira e Similares, em Imperatriz – MA.

Apesar disso, o IPEC/OIT tem conhecimento da concretização de cláusulas trabalhistas deste tipo em diversos setores. Somente em 1995, os trabalhadores rurais do vale do São Francisco, os trabalhadores canavieiros de Pernambuco, os trabalhadores rurais de Pontalina, Cromínia, Mairipotaba e Vicentinópolis, do estado de Goiás, os trabalhadores das indústrias do Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais de Araxá e os trabalhadores da administração de imóveis e condomínios de Blumenau, incluíram cláusulas sobre o combate ao trabalho infantil em seus acordos coletivos de trabalho. Certamente o trabalho feito pelas Centrais incidiu direta ou indiretamente para o estabelecimento destes acordos.

Percebeu-se o envolvimento de um significativo número de entidades que fizeram parceria com as centrais na execução dos projetos. Muito pouco foi descrito a respeito da participação das mesmas. Basicamente, a parceria deu-se no plano da assessoria nas pesquisas ou na execução dos cursos.

Muitas organizações beneficiaram-se dos projetos, a começar pelos próprios sindicatos filiados às Centrais. Basicamente, esses sindicatos melhoraram a capacitação e conscientização dos seus quadros acerca do tema, o que gerou desdobramentos os mais variados.

Os Conselhos de Diretos e Conselhos Tutelares, igualmente, se beneficiaram na medida em que contaram com a efetiva participação de entidades sindicais e/ou lideranças que contribuíram para sua institucionalização e fortalecimento. Pode-se afirmar que os Conselhos trabalhados foram sensivelmente dinamizados e legitimados socialmente em função da participação de Centrais comprometidas com a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes e sua conseqüente melhoria de vida.

O maior ganho desses programas, além, é claro, do mútuo conhecimento adquirido entre Centrais e IPEC-OIT, foi o processo de conscientização sobre o tema, desencadeado pelas atividades promovidas a partir da assinatura de cada convênio. Podem ser registradas gradações no processo de conscientização de várias pessoas diretamente atendidas pelos projetos: desde a liderança que até então não havia percebido a relevância da questão, não enxergando que o fato das crianças trabalharem constituía um problema, até a liderança que se vê convocada a agir e multiplicar a sua ação de conscientização e enfrenta, então, as dificuldades para realizar essa ação.

Aqui, a própria implementação dos projetos e o processo desencadeado foram os agentes da conscientização. Vale destacar a produção das cartilhas e dos estudos como instrumentos de sensibilização, compreensão e de aprofundamento sobre a questão.

Assim, desde o “colocar em pauta” a questão até o “colocar em prática” ações de sensibilização, conscientização e organização, é possível notar um amadurecimento e um maior comprometimento com a questão por parte de todas as Centrais envolvidas com as ações. Todo esse processo teve um efeito multiplicador fundamental na medida em que ganhou visibilidade na instauração e aprofundamento do debate.

Sem dúvida, a ação do IPEC-OIT, em parceria com as Centrais Sindicais por meio dos programas de ação realizados nos últimos dez anos, contribuiu muito para a configuração de um contexto de luta contra o trabalho infantil mais fortalecido e apto a gerar políticas adequadas para o enfrentamento da questão.

É possível  
notar um  
amadurecimento  
e um maior  
comprometimento  
por parte das  
Centrais  
envolvidas  
com as ações

## MATERIAL DE PESQUISA

### **Arquivos do IPEC dos programas de ação citados**

Agreements de todos os programas  
Planos de trabalho  
Relatórios de reuniões de articulação interinstitucional  
Relatórios dos cursos de capacitação oferecidos pelos sindicatos e dos seminários realizados  
Relatórios de acompanhamento  
Relatórios de Pesquisas  
Relatórios Parciais e Finais

### **Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre a atuação dos sindicatos na luta contra o trabalho infantil**

Carta de Luiz Antônio de Medeiros e dirigida ao Presidente da República e governadores, em 20/05/92.  
Pesquisa "Crianças e Adolescentes na Escola. Educação: Alternativa ao Trabalho Infantil". Osasco  
Clipping com destaques dos jornais da época do programa.  
Estudo de Caso "O Desafio dos Limites".  
Cartilha Os Direitos da Criança e do Adolescente, 1995  
Carta ao Presidente da República, em 14/02/95, por Luiz Antônio de Medeiros e outros.  
Projeto Criança e Adolescente Sertãozinho, 1993  
Relatório do III Congresso Nacional da Força Sindical  
Projeto Família Negritude  
Cópia de Trabalho Infantil em Ibicaré: Prendedores de Roupas e Crianças, Florianópolis, 1997.  
Relatório "A criança e o adolescente no mundo do trabalho. Um mapeamento do debate nacional".  
Proposta complementar às teses sobre juventude no meio rural - II Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores  
Diretrizes para uma política de formação profissional da CUT- Flávio Aguiar e Ignez Navarro de Moraes  
Projeto "Reforço do Programa de Orientação de Crianças Trabalhadoras"  
Roteiro de entrevista com crianças que trabalham (assessoria técnica do DIEESE)  
Estudo de caso de crianças trabalhadoras no setor de calçados de Franca.  
Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CUT  
Projeto de Investigação (Revisitando os Mitos e Dilemas do Trabalho Infanto-juvenil)  
Trabalho infanto-juvenil em sonora. O caso da companhia agro-indústria Sonora Estância CASE.  
Crianças no Brasil: uma nova alternativa com o Projeto Travessia  
Exploração do Trabalho Infantil nos Vales do Mucuri e do Médio Jequitinhonha (relatório)  
Pré-projeto de pesquisa sobre Trabalho Infantil no Ramo da Construção e Madeira.

### **Publicações**

Schwartzman, Simon. Trabalho Infantil no Brasil – Brasília : OIT, 2001.

Há cerca de 4 milhões de crianças no Brasil que nada têm a comemorar neste Dia das Crianças. De um lado, não faltam variados brinquedos e roupas; mas, de outro, 12 de outubro é apenas véspera de 13, em que não irão à escola, não se divertirão nem viverão em paz. Será mais um dia de duro trabalho digno e reverente.

na; perde só para Haiti e Bolívia. O Brasil não ratificou a convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, que proíbe o trabalho de menores de 15 anos. Das crianças brasileiras que trabalham, 55% estão na agricultura e o restante, nas atividades urbanas. Há milhares na colheita de café, fumo, algodão, em extração de sal, ga-

exemplos, as da Fundação Abrinq; o projeto Travessia, que envolve trabalhadores e empresários, por iniciativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo; e a campanha conjunta de denúncia contra o trabalho infantil, firmada em 1996 entre a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e o Ig Metall, sindicato alemão dos metalúrgicos.

# Jornal do Brasil

o corte da cana e a extração do carvão vegetal. Dados indicam que, no Rio, cerca de 3.000 crianças entre 9 e 15 anos estão no tráfico de drogas. O corte da cana e o tipo mais cruéis de trabalho infantil. Em Pernambuco, estima-se que tenham 54 mil

programa Criança Prioridade 1, no Brasil, e o importante projeto de escola do governo do Distrito Federal adotado em alguns Estados, são outros exemplos. Em Franca (SP), a partir de trabalho do sindicato dos sapateiros, do Diesse e do Unicef, constatou-se existirem 5.000 crianças em situação miserável. Com denúncias e lutas de trabalhadores, empresários e prefeitura, eliminou-se 90% do problema.

programa Criança Prioridade 1, no Brasil, e o importante projeto de escola do governo do Distrito Federal adotado em alguns Estados, são outros exemplos. Em Franca (SP), a partir de trabalho do sindicato dos sapateiros, do Diesse e do Unicef, constatou-se existirem 5.000 crianças em situação miserável. Com denúncias e lutas de trabalhadores, empresários e prefeitura, eliminou-se 90% do problema.

**Há 4 milhões de crianças no Brasil que nada têm a comemorar. Será mais um dia de revoltante trabalho infantil**



Notícias Populares (SP), 13.14/06/92

Sindicatos e governo vão profissionalizar crianças de rua  
Menores de rua, sem vínculo familiar, pedintes, viciados em droga, pequenos infratores. São cerca de 150 menores carentes que chegam diariamente ao S.O.S Criança, uma espécie de centro de triagem da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social - subordinada ao governo do estado - agora passam a ter uma chance concreta de entrar no mercado de trabalho. No próximo dia 29 de agosto, será inaugurado o projeto Sindicato Criança, um convênio entre a Secretaria e 25 sindicatos de trabalhadores, para profissionalizar, garantir emprego e ainda dar assistência

idealizadores esperam envolver um número cada vez maior de sindicatos e ainda a iniciativa privada. Tudo começou com um convênio entre o S.O.S Criança e o Sindicato dos Padeiros de São Paulo para a construção de uma escola-laboratório nos seus próprios centros profissionalizantes. Outras ofereceram sua estrutura para dar assistência médica, odontológica e lazer às crianças. "A regra é contribuir, não importa com o que", explica Francisco Pereira de Souza Filho, presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, presidente da For-

## Realidade vai para SBPC

Os pesquisadores do Centro Josué de Castro estão concluindo o projeto "Crianças e Adolescentes Trabalhadores na Zona da Mata em Pernambuco". O trabalho final será apresentado no encontro anual da SBPC que será realizado no Recife, de 11 a 16 de julho.

contou com a participação de um médico, um advogado, uma socióloga, uma psicóloga e pesquisadores, realizou entrevistas com crianças nas cidades de Palmares e Aracaju. Veja os resultados gerais:

Diário de Pernambuco, 30/05/93

- 86% das crianças trabalham sem carteira
- 41% das crianças trabalham sem remuneração
- 55% das crianças ganham menos de um salário-mínimo
- 39% das crianças trabalham mais de 44 horas por semana
- 56% das crianças já se acidentaram
- \* Faixa-etária: 7 aos 17 anos

## Veja os números da pesquisa em Palmares

- Do total de crianças e adolescentes cortadores de cana
- 88,88% tiveram como primeiro trabalho o corte de cana
- 11,12% tiveram como primeiro trabalho outras atividades
- 5,92% começaram a trabalhar com menos de 7 anos
- 58,52% começaram a trabalhar entre 7 e 10 anos
- 29,63% começaram a trabalhar entre 11 e 13 anos
- 5,92% começaram a trabalhar entre 14 e 17 anos
- alfabetismo
- 64,44% não

# O trabalho na infância e adolescência: exploração e luta pela sobrevivência

A solução da exploração do trabalho do menor, nas camadas menos favorecidas, está ligada à melhoria da qualidade de vida das famílias. O crescente quadro de recessão e desemprego alimenta e perpetua o círculo da pobreza, obrigando crianças e adolescentes

a ingressarem, em precárias condições, no mercado de trabalho, como contribuição à própria sobrevivência e a de suas famílias. Em decorrência deste labor é excluída a frequência à escola ou realizada com grande sacrifício, e não raras vezes,

com considerável atraso na aprendizagem escolar. O trabalho do menor poderá ter caráter educativo, na medida em que se constitua numa fase construtiva ao seu pleno desenvolvimento físico, mental e social.

MARIA LUIZA DIAS DE ALMEIDA BEZ  
Professora Titular de Sociologia e Política Especial para A Razão

crise econômica, em todo o mundo, tem dado origem a uma situação de recessão e desemprego que tem levado a uma situação de pobreza e marginalização social.

dos países em desenvolvimento e em alguns industrializados. A OIT exemplifica, especialmente na América Latina, Oriente Médio e sul da Europa, onde crianças de oito a 10 anos trabalham em tarefas inadequadas à sua idade. Na Índia o trabalho infantil (em uma fábrica de fósforos), chega a acontecer em grandes quantidades.

## As frases

"A estimativa do Centro Josué de Castro é de que até 70 mil crianças e adolescentes, de 7 a 17 anos, trabalham no corte da cana".  
"O dinheiro que ganho vai para minha mãe. Quanto ganha? Não sei" (Antônio Joaquim da Silva, 11 anos)

"Crianças ri de tudo. Não sabe dizer não a ninguém". (Abel Firmiano, 63 anos)

"A maioria dessas crianças não sabe ler e escrever. Elas é uma realidade que não muda". (Abel Firmiano, 63 anos)

# "Temos de nos mobilizar contra o trabalho infantil"

Íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, na audiência aos meninos e meninas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

"Senhores ministros que me acompanham, senhor Almir Pazzianotto, senhor Francisco Urbano, senhores membros do Contag, senhores membros da sociedade civil, eu recebi, lá onde mora o presidente da República, no Palácio da Alvorada, uma série de crianças de carvoeiros de Mato Grosso, que tinham sido contempladas com o que nós chamamos de Bolsa Cidadania. Alguns recursos para equilibrar as finanças das famílias porque, se as crianças trabalham, é porque as famílias precisam, não têm recursos. Estamos não dando condições para que elas tenham uma vida melhor."

ano, eu recebi, lá onde mora o presidente da República, no Palácio da Alvorada, uma série de crianças de carvoeiros de Mato Grosso, que tinham sido contempladas com o que nós chamamos de Bolsa Cidadania. Alguns recursos para equilibrar as finanças das famílias porque, se as crianças trabalham, é porque as famílias precisam, não têm recursos. Estamos não dando condições para que elas tenham uma vida melhor."

Todas as histórias de fada começam assim: era uma vez... no reino da fantasia, que as crianças gostam de visitar e onde constroem seu mundo, quando se para enfrentar o mundo real. Este é o título desta reportagem.

O governo tem feito o que par o assentamento no Brasil. legislativas. Tenho apelado ao tei a apelar, recentemente, para aprovar as medidas que permitam a construção de uma rede de escolas para as crianças de rua. Não temos dentro de um quadro de grande e mobilizado as estruturas políticas para o problema da terra. Não podemos, efetivamente, encaminhar o problema da terra. Não podemos, efetivamente, encaminhar o problema da terra. Não podemos, efetivamente, encaminhar o problema da terra.

Nós tivemos, e aqui está, o presidente da República, em particular, tendo feito mais adequada no Brasil. Descobrimos terra para, efetivamente, trabalharem no campo. Não tivemos, e aqui está, o presidente da República, em particular, tendo feito mais adequada no Brasil. Descobrimos terra para, efetivamente, trabalharem no campo. Não tivemos, e aqui está, o presidente da República, em particular, tendo feito mais adequada no Brasil. Descobrimos terra para, efetivamente, trabalharem no campo.

Não estamos assentando mais gente na terra do que jamais se assentou no Brasil. E vou continuar assentando, vou continuar assentando porque isso é importante para a construção de uma sociedade mais justa e mais equitativa.

# ERA UMA VEZ UM PAIS PROIBIDO DE BRINCAR

Revista Problemas Brasileiros, jul/ago/97

Salários reduzidos e desemprego presentes na sociedade. Crianças em situação de pobreza e marginalização social. O trabalho infantil é a exploração da mão de obra da criança e do adolescente.

O debate sobre a questão do trabalho infantil, no Brasil, começa sob dois pontos divergentes: o primeiro é o que delimita legalmente o trabalho infantil. O segundo é o que delimita o trabalho infantil. O terceiro é o que delimita o trabalho infantil. O quarto é o que delimita o trabalho infantil.

## Força Sindical contesta o trabalho infantil

A Força Sindical vai participar da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, que se inicia no Brasil nesta quarta-feira. Saindo dos 5 continentes do planeta - América, Ásia, África, Europa e Oceania - a Marcha pretende chamar a atenção de todos os governantes para um problema gravíssimo: a exploração econômica das crianças. Em cada continente, há uma rota. No americano, o ônibus da Marcha

representada por Mônica Veloso, Secretária Nacional da Juventude. Segue até Curitiba, passando a vez para a direção estadual do Paraná. A missão desse grupo acaba em Florianópolis, de onde parte a estadual catarinense, até chegar em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Neste momento, tem início a reta final do circuito em território brasileiro. De Porto Alegre, os ganchos do Sindicato dos Calçados de Nova

Sindical é uma das instituições que integram a frota brasileira. Cada país tem representantes encarregados de "passar a tocha" para as nações vizinhas, depois de percorrer algumas cidades e estados. Os representantes continentais têm como objetivo se encontrar em Genebra, na Suíça, para exigir que a Convenção da OIT - Organização Internacional do Trabalho - elabore novo convênio, garantindo que as crianças não sejam exploradas e que, dessa forma, possam se dedicar exclusivamente aos estudos. Esse convênio deverá ser assinado pela comissão tripartite - formada por governos, empregadores e trabalhadores - em Genebra.

